



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

PARECER Nº 395/CG/CMPV-2025

PROCESSO ELETRÔNICO	00600-00040481/2025-84-e
ORIGEM:	DFD Nº 7/2025 – DAF/CMPV (e-DOC 4A390A4F)
OBJETO:	Contratação de empresa para o fornecimento de materiais destinados à manutenção e revitalização da fachada da Câmara Municipal de Porto Velho.
VALOR TOTAL ESTIMADO:	R\$ 19.486,00
ASSUNTO:	Análise quanto à Dispensa de Licitação.
PARECER JURÍDICO:	Nº 151/PG/CMPV/2025 (e-DOC F6721300)

Senhor Presidente,

Esse Controle Interno dotado de acatamentos técnicos, que lastreiam o embasamento legal, para suas análises, no que diz respeito à filtragem para a obtenção do norte, na emissão do parecer técnico administrativo, principalmente em atendimento os disciplinamentos da Decisão Monocrática nº 009/2015/GCWCSC, da lavra do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, publicado no Diário do TCER nº 865 ano V, que orienta a obrigatoriedade da emissão de Parecer Técnico em todos os procedimentos da administração que importem em desembolso de recursos públicos, a serem entregues a agentes públicos e particulares, mediante a prestação do objeto do serviço contratado, indenizado ou conveniado, assim como a atenção aos Princípios gerais que norteiam o Controle Interno que são: Coordenar, Planejar, Fiscalizar e orientar, vem emitir o Parecer, que assim segue:

Aportou nesse Controle Interno o Processo Eletrônico nº 00600-00040481/2025-84-e, advindo da Douta procuradoria Geral, que trata da Contratação de empresa para o fornecimento de materiais destinados à manutenção e revitalização da fachada da Câmara Municipal de Porto



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

Velho., com o intuito de atender as necessidades da CMPV, conforme Ofício nº 046/DAF/GABPRES/CMP (e-DOC 45C9C36D), documento de Formalização da Demanda – DFD Nº 07/2025-DAF (e-DOC 4A390A4F), acompanhado do Estudo Técnico Preliminar retificado nº 02/2025 (e-DOC 4F20E517) e do Termo de Referência retificado Nº 02/2025(e-DOC AAEF59A6), cujos serviços a serem adquiridos segue descrito no item 4 – Especificação Do Objeto – fls. 2/5.

No e-DOC 4F20E517 – Peça 04, consta O Estudo Técnico Preliminar Nº 02/2025, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação (fase preparatória do certame) que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação (art. 6º, inciso XX, da Lei Nacional nº 14.133/2021), contemplando, entre outros elementos, a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento, a manifestação sobre a viabilidade da contratação e, ainda, no anexo II, o Mapa de risco que identifica potenciais problemas(ex.: atraso no cronograma, aumento de preços, questionamentos no certame) e respectivas ações preventivas/contingenciais.

No e-DOC AAEF59A6 – Peça 05, constata-se o Termo de Referência nº 02/2025 como define o art. 72º, inciso I, da Lei de Licitação nº 14.133/2021. É um documento indispensável para o início de uma licitação, ele define regras e o objeto que realmente vai se contratar, é um conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização de obras ou serviços, neste caso em específico, suas diretrizes enfocaram o objeto “Contratação de empresa para o fornecimento de materiais destinados à manutenção e revitalização da fachada da Câmara Municipal de Porto Velho, compreendendo itens necessários para pintura externa, melhorias na iluminação, pequenos reparos



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

estruturais, restabelecimento do funcionamento da cascata decorativa e ampliação do balcão da recepção para adequação do setor de protocolo.", o que realmente foi solicitado.

Consta, no e-DOC 556D6ECD – Peça 08, as cotações de preços efetuadas para obter o valor de mercado, bem como quadro comparativo de preços médios(e-DOC AD582324), elaborado pela Divisão De Compras E Instrução Processual, devidamente assinado pelo servidor Derlon Diogenes Marim – Chefe divisão de compras e instrução processual, onde ficou demonstrado que a empresa cotante do objeto com o menor preço foi a **“JAÇANÃ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 63.776.488/0001-63, com o valor total R\$ 19.486,00 (dezenove mil, quatrocentos e oitenta e seis reais)**, conforme quadro demonstrativo abaixo das empresas que apresentaram suas propostas de preços.

EMPRESA PROPONENTE	VALOR DA PROPOSTA
01 – JAÇANÃ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 63.776.488/0001-63	R\$ 19.486,00
02 – VCS VIEIRA VIEIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIROLI - EPP CNPJ: 17.732.735/0001-02	R\$ 19.528,00
03 – PMX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 43.279.146/0001-20	R\$ 21.562,50
MEDIA PREÇO TOTAL (R\$)	R\$ 20.192,16

Com a cotação de preços mercadológica, observa-se que a empresa já acima identificada, ofereceu o menor preço, devendo ser procedida com a Dispensa de Licitação, em razão do valor apresentado, assim como a manifestação da Douta Procuradoria-Geral em seu Parecer Jurídico Administrativo sob o nº 152/PG/CMPV/2025 (e-DOC F6721300 – peça 18), doutrinando através do art. Art. 75, caput, inciso II, da Lei de Licitação nº 14.133/2021, acerca da modalidade de Dispensa de Licitação, ressaltando



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

que os valores estão dentro dos limites legais estipulados para dispensa licitatória, e a documentação das empresas estão regulares e juntadas aos autos.

Acrescentou ainda o citado Parecer Jurídico que "Como bem observado pela CPL, considerando o valor e as especificações da despesa a ser contratada, a lei permite a aquisição mediante dispensa licitatória, motivo pelo qual, coadunando com o entendimento, entendemos pela possibilidade jurídica da contratação na modalidade licitatória apontada, desde que observados os requisitos legais próprios à espécie."

No e-DOC D3EAAB3B – peça 13, encontra-se a reserva orçamentária – nota de pré-empenho nº 36/2025 – 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO –, **no valor TOTAL de R\$ 19.486,00 (dezenove mil, quatrocentos e oitenta e seis reais)**, atendendo assim, o que declina o artigo nº 150 da respectiva Lei de Licitação, que assim reza:

Art. 150.

Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

Nesta seara de informações e análise, identificou-se no interior do processo farta documentação da empresa ofertante do menor preço, como se observa nos e-DOC D159284E – Peça 10 e e-DOC 4E16EE4F– Peça 21, tais como certidões negativas exigidas em leis – devidamente atualizadas e autenticadas quando do envio da cotação de preços, constando também documento de habilitação, tais como contrato social e documento dos sócios.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

No e-DOC 3A2D2219 – peça 16, encontra-se acostado a análise técnica da comissão permanente de licitação acerca do objeto solicitado, no qual informa todos os documentos apensados, tais como, valores apresentados, reserva de saldo, vantajosidade da contratação, e, ao final, declinando pela pretenda contratação por dispensa de licitação.

Desta feita, essa Controladoria Geral é FAVORÁVEL a continuidade dos trâmites do processo, devendo ser atendido o que se orienta, a fim de cumprir as exigências formalmente exigível na Resolução da Mesa Diretora nº 031/CMPV-2019, datada de 23/09/2019, conforme o abaixo elencado.

Encaminhe-se:

A

PROCURADORIA GERAL

1 – Elaborar **Termo de Deliberação** pela modalidade de Dispensa de Licitação, o qual deverá ser publicado em diário oficial, cuja cópia da publicação original deverá ser acostada ao processo;

AO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA:

- 1- Tomar conhecimento deste parecer; e
- 2- Autorizar o Empenhamento da Despesa

A

DIVISÃO DE ORÇAMENTO:

Emitir nota de empenho no valor total de R\$ 19.486,00 (dezenove mil, quatrocentos e oitenta e seis reais), no elemento de despesa constante da reserva orçamentária acostada no e-DOC D3EAAB3B – peça 13, discriminando serviços conforme item 04 – Especificação Do Objeto – do



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

termo de referência nº 02/2025 (e-DOC AAEF59A6 fls. 2/5), observando as orientações dessa Controladoria.

É O PARECER, **SMJ**.

Porto Velho, 02 de dezembro de 2025.

(assinado eletronicamente)

Ivair Martins Passarinho
Controlador Geral CMPV
Dec. 555/2025



Assinado por **Ivair Martins Passarinho** - Controlador Geral - Em: 02/12/2025, 12:45:58